

ANTONIO GRAMSCI E A EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA INTELECTUAL, OBRA E CONCEITOS FUNDAMENTAIS¹

Maria Eduarda Rissatti de Souza ²

Maria Eduarda Alvarenga³

Marco Antônio de Oliveira Gomes⁴

Resumo

Este ensaio analisa parte da obra de Antonio Gramsci e sua contribuição para compreender a educação pública como espaço de disputa hegemônica. A partir das categorias hegemonia, Estado, cultura e educação, evidencia-se a dimensão política do processo educativo. Para o autor, a hegemonia se constrói também no campo cultural, no qual a escola ocupa papel central na reprodução ou contestação das relações sociais. Em diálogo com o materialismo dialético de Karl Marx, discute-se a escola pública como espaço de reprodução das desigualdades e potencial de contra-hegemonia.

Palavras-chaves: Gramsci; Hegemonia; Educação.

ANTONIO GRAMSCI Y LA EDUCACIÓN: TRAYECTORIA INTELECTUAL, OBRA Y CONCEPTOS FUNDAMENTALES

Resumen

Este ensayo analiza la obra de Antonio Gramsci y su contribución para comprender la educación pública como un espacio de disputa hegemónica. A partir de las categorías de hegemonía, Estado, cultura y educación, se evidencia la dimensión política del proceso educativo. Para el autor, la hegemonía también se construye en el ámbito cultural, en el cual la escuela ocupa un papel central en la reproducción o contestación de las relaciones sociales. En diálogo con el materialismo dialéctico de Karl Marx, se discute la escuela pública como un espacio de reproducción de las desigualdades y como un potencial de contrahegemonía.

Palabras claves: Gramsci; Hegemonía; Educación.

ANTONIO GRAMSCI AND EDUCATION: INTELLECTUAL TRAJECTORY, WORK, AND FUNDAMENTAL CONCEPTS

Abstract

This essay analyzes the work of Antonio Gramsci and its contribution to understanding public education as a space of hegemonic dispute. Based on the categories of hegemony, State, culture, and education, the political dimension of the educational process is highlighted. For the author, hegemony is also constructed in the cultural sphere, in which the school plays a central role in the reproduction or contestation of social relations. In dialogue with the dialectical materialism of Karl Marx, public schooling is discussed as a space for both the reproduction of inequalities and the potential for counter-hegemony.

Keywords: Gramsci; Hegemony; Education.

¹ Ensaio recebido em 12/03/2026. Aprovado em 11/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.71004>

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professora da Rede Municipal de Ensino de Mandaguaiçu – PR. Email: mah_rissatti@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0495026467292820>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2850-975X>.

³ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Supervisora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Mandaguaiçu - PR. Email: alvarengamea@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3448133697994868>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3964-8133>.

⁴ Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá - PR. Email: maogomes@uem.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0581840246394811>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>.

Introdução

Antônio Gramsci (1891-1937) foi um intelectual, político e jornalista que ficou conhecido por sua militância no século XX, na Itália, e por seu legado enquanto teórico marxista. Sua obra exerceu profunda influência sobre as ciências humanas e sociais, constituindo, até os dias atuais, uma importante base para estudos e análises acadêmicas. Como cofundador do Partido Comunista da Itália (PCI), sua atuação foi marcada pela defesa das classes trabalhadoras e pela análise crítica das formas de dominação e poder nas sociedades modernas. Preso pelo regime fascista italiano, liderado por Benito Mussolini em 1926, além de suas produções já existentes, durante o período de cárcere produziu uma vasta obra, reunida e reconhecida como os “Cadernos do Cárcere”.

Nelas, Gramsci desenvolveu conceitos importantes que retratam o contexto de disputas no âmbito do capitalismo, como hegemonia, sociedade civil, intelectuais orgânicos e bloco histórico, articulando-os à compreensão do papel da cultura e da educação na manutenção ou transformação da ordem social vigente.

Nesse contexto, o presente ensaio analisa a trajetória intelectual e alguns escritos de Antônio Gramsci, buscando compreender suas contribuições para a interpretação da educação nas relações sociais. Discute-se, também, a escola pública como espaço de disputas sociais e políticas, na qual se expressam processos de direção cultural e ideológica próprios da sociedade capitalista, evidenciando seu papel na conformação e contestação de projetos hegemônicos.

Buscamos apresentar uma visão introdutória a fim de tecer contribuições sobre um legado dotado de complexidade e profundidade. Evidenciando, também, como as análises gramscianas, elaboradas em sua época, permanecem atuais, dado que possibilitam interpretar as mazelas e dinâmicas políticas, econômicas e educacionais atualmente.

O estudo constitui-se por pesquisa bibliográfica, tomando como referência as obras do próprio Gramsci, em especial os Cadernos 12 e 13 escritos no período do Cárcere, também os intérpretes de sua obra, como Fiori (1979), Nosella (2005), Schlesener (2007, 2018), Jacomini (2022) e Medeiros (2025).

O trabalho organiza-se em três seções. Na primeira, *Gramsci: Vida e Obra*, apresenta-se uma síntese biográfica e intelectual do autor. Na segunda, *Estado*,

Cultura e Educação: Hegemonia enquanto Dominação e Direção Intelectual e Moral, desenvolve-se a análise dessas categorias a partir dos *Cadernos do Cárcere* e de outras obras. Na terceira, *Gramsci e a Educação: a Escola Pública como Espaço de Disputa Hegemônica*, articulam-se as reflexões gramscianas à educação pública brasileira contemporânea, discutindo o papel da escola na formação de consensos e de contra-hegemonias. Por fim, retomam-se as contribuições do referencial gramsciano para pensar a educação pública como instrumento de emancipação social e crítica às relações de exploração e dominação capitalistas.

Gramsci: vida e obra

Parte-se do entendimento de que a elaboração teórica de Antonio Gramsci não pode ser dissociada das condições históricas, políticas e sociais nas quais esteve inserido, especialmente no contexto das disputas que marcaram a sociedade europeia no início do século XX. Sua trajetória de vida e sua produção intelectual constituem dimensões indissociáveis, uma vez que suas reflexões foram construídas em permanente diálogo com os desafios de seu tempo. Compreender esse contexto permite evidenciar a densidade histórica de suas formulações e os elementos que contribuíram para a constituição de seu pensamento.

Para essa abordagem, mobilizam-se contribuições de diferentes estudiosos que se dedicaram à análise da vida e da obra do autor, entre eles a biografia escrita por Giuseppe Fiori (1979), a cronologia da vida de Gramsci elaborada por Carlos Nelson Coutinho (1999), bem como o texto de Elita de Medeiros (2025), intitulado “Antonio Gramsci: um estudo biográfico sobre a vida do pensador”. A partir dessas referências, procura-se construir um panorama que vá além de um relato cronológico, evidenciando como as ideias gramscianas foram sendo elaboradas em diálogo com o contexto político e social de sua época e como suas reflexões permanecem atuais para a compreensão das dinâmicas culturais e educacionais da sociedade atual.

Antonio Gramsci nasceu em 1891, em Ales, na Sardenha, região marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas. As dificuldades vividas em sua infância, agravadas pela prisão de seu pai e pelas limitações materiais enfrentadas pela família, contribuíram para sua sensibilidade diante das condições das classes subalternas. Ainda jovem, Gramsci interrompeu temporariamente os estudos para

trabalhar, retomando posteriormente sua formação escolar e intelectual. Esse percurso evidencia a relação entre experiência social, formação cultural e desenvolvimento político, aspecto que se tornaria decisivo em sua reflexão sobre a função formativa da cultura e da educação (Fiori, 1979; Coutinho, 1999; Medeiros, 2025).

Sua aproximação com o socialismo ocorreu de modo gradual, antes mesmo de seu ingresso na Universidade de Turim. O contato com jornais, materiais de propaganda socialista e autores como Marx, Croce e Salvemini, possibilitou a ampliação de sua formação intelectual. Em Turim, esse processo se intensificou por meio da convivência com o movimento operário, com os debates universitários e com os círculos socialistas. A experiência na cidade industrial foi decisiva para que Gramsci articulasse formação teórica e intervenção política, compreendendo a luta das classes trabalhadoras não apenas como questão econômica, mas também como disputa cultural e ideológica (Coutinho, 1999; Nosella, 2017).

A atuação política de Gramsci consolidou-se por meio de sua participação na imprensa socialista e na organização política dos trabalhadores. Sua colaboração em jornais como *Avanti!* e *L'Ordine Nuovo* expressou a centralidade atribuída por ele à formação intelectual das massas e à construção de uma cultura política crítica. Em 1921, participou da fundação do Partido Comunista da Itália e, em 1924, foi eleito deputado. Sua militância desenvolveu-se em um período de intensificação dos conflitos sociais na Itália e de avanço do fascismo, o que tornava cada vez mais evidente a relação entre coerção, consenso e direção política da sociedade (Coutinho, 1999; Medeiros, 2025).

Em 1926, Gramsci foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. A célebre afirmação atribuída ao promotor — “[...] é preciso impedir este cérebro de funcionar [...]” (Fiori, 1979, p. 113) — sintetiza o reconhecimento, por parte do fascismo, da força política e intelectual de sua atuação. Apesar das severas condições de saúde e do isolamento imposto pelo cárcere, foi nesse período que Gramsci produziu sua obra de maior densidade teórica: os *Cadernos do Cárcere*, redigidos entre 1929 e 1935. Tais escritos não constituem um sistema fechado ou um tratado linear, mas um conjunto de anotações, reflexões e reelaborações conceituais sobre política, filosofia, história, cultura e educação (Nosella, 2005; Medeiros, 2025).

A obra gramsciana foi organizada em três grandes momentos: os escritos pré-carcerários, vinculados sobretudo à militância jornalística e política; os *Cadernos do Cárcere*, nos quais o autor aprofunda categorias como Estado, hegemonia, sociedade civil, intelectuais e bloco histórico; e as *Cartas do Cárcere*, que revelam aspectos de sua experiência pessoal e intelectual durante a prisão (Nosella, 2005; Medeiros, 2025). Embora essa classificação auxilie a compreensão de sua produção, é necessário considerar que os escritos de Gramsci possuem caráter fragmentário e processual, resultante das próprias condições históricas e materiais em que foram elaborados.

Nesse sentido, a trajetória de Gramsci permite compreender que sua reflexão não separa teoria e prática. Sua análise do Estado, da cultura e da educação nasce da necessidade de interpretar os mecanismos de dominação nas sociedades capitalistas e, ao mesmo tempo, pensar nas possibilidades de organização política das classes subalternas. Por isso, sua obra permanece relevante para os estudos educacionais, especialmente quando se considera a escola como espaço atravessado por disputas hegemônicas, no qual se formam concepções de mundo, consensos e possibilidades de contestação da ordem social vigente.

Estado, Cultura e Educação: hegemonia enquanto dominação e direção intelectual e moral

Nas formulações desenvolvidas nos Cadernos 12 e 13, produzidos durante seu encarceramento, Gramsci apresenta uma concepção ampliada de Estado, compreendendo-o para além de sua dimensão coercitiva. Para explicitar essa concepção, recorre-se ao verbete “Estado” presente no dicionário Gramsciano:

O Estado – escreve ainda G. – “é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados (Liguori, 2017, p. 519).

Assim, Gramsci descreve o Estado como expressão da dominação da classe dirigente, realizada não apenas por meio da coerção, mas também pela construção do consenso (Liguori, 2017). Nessa perspectiva, o Estado não se reduz ao aparato governamental, mas constitui uma articulação entre sociedade política e sociedade civil: a primeira refere-se aos instrumentos de coerção, como governo, polícia, exército

e leis; a segunda corresponde às instituições responsáveis pela formação do consenso, como escola, igreja e imprensa (Gramsci, 2024).

Para o autor, o Estado consiste em uma articulação entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, entre coerção e consenso. “O Estado é toda a vida civil e política, é a soma das atividades pelas quais a classe dirigente mantém sua hegemonia” (Gramsci, 2024, p. 28). Essa concepção relaciona-se diretamente à noção de hegemonia como direção intelectual e moral exercida por uma classe sobre as demais, articulando consenso e coerção, conforme a formulação gramsciana de “hegemonia revestida de coerção” (Gramsci, 2024).

Essa articulação entre coerção, consenso e interesses de classe aparece quando Gramsci (2024) analisa o Estado como organismo voltado à expansão de determinado grupo social, ainda que tal expansão seja apresentada como interesse geral da sociedade:

[...] o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante foi coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal foi concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um certo ponto, isto é, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (Gramsci, 2024, p. 32).

Assim, pode-se compreender que o Estado moderno constitui uma complexa rede de instituições que atua para manter a hegemonia da classe dominante (Gramsci, 2024), não apenas pela coerção, mas sobretudo pela direção intelectual e moral.

Um segundo conceito abordado por Gramsci em seus escritos é o de educação. Para o autor, a educação constitui um dos principais aparatos de hegemonia no âmbito da sociedade civil, configurando-se como um mecanismo central na formação do consenso. Enquanto prática social, ela não se restringe ao espaço escolar, mas estende-se à vida cotidiana, atuando na constituição do senso comum e na reprodução, ou possível transformação, das ideologias dominantes. Nesse sentido, educar significa organizar e desenvolver a personalidade do educando, tornando-o sujeito ativo no processo histórico, conforme assinala Meta (2017) no verbete “Educação”, publicado no *Dicionário Gramsciano*.

A educação, nesse sentido, é elemento central para a manutenção ou transformação da hegemonia. Ela não se limita ao espaço escolar, mas abarca um processo amplo de formação da consciência. Gramsci (2024, p. 14) afirma: “Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”. A educação, portanto, é vista como processo contínuo de formação política, responsável pela construção de uma nova cultura e de uma nova vontade coletiva.

Nessa perspectiva, Gramsci elabora a concepção de escola unitária, voltada à superação da cisão histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa proposta busca promover a elevação cultural das classes subalternas, articulando formação intelectual, humanista e técnico-prática, com vistas à constituição de uma nova cultura vinculada ao projeto de transformação social. No Caderno 12, Gramsci aponta para um projeto educativo capaz de superar formas de pensamento marcadas pelo senso comum imediato e por concepções fragmentárias da realidade. Conforme Nosella (1989), o princípio unitário deve ser compreendido em sentido amplo, não se restringindo à escola unitária, mas estendendo-se à sociedade como um todo, ao articular organismos produtivos e formativos.

É nessa perspectiva que ele introduz a noção de bloco histórico, compreendido como a unidade entre estrutura (base econômica) e superestrutura (formas políticas e ideológicas). O bloco histórico não é algo estático, mas uma construção hegemônica dinâmica, capaz de ser transformada pela práxis. A transformação do bloco histórico depende de uma nova direção intelectual e moral, ou seja, da constituição de uma nova hegemonia (Coutinho, 1999).

A cultura também ocupa lugar central na reflexão gramsciana, que para ele não é um conjunto fixo de saberes, mas sim um campo de lutas, no qual se disputa a formação de consensos. Esse conceito, por sua vez, tem um papel estratégico na construção da hegemonia, pois é por meio dela que os indivíduos assimilam uma visão de mundo que pode tanto reproduzir quanto desafiar a ordem vigente. Nos Cadernos 12 e 13, o autor trata da cultura como instrumento pedagógico fundamental, no qual a escola, a imprensa e a igreja atuam como aparelhos ideológicos que disseminam valores dominantes.

No Caderno 12, Gramsci afirma:

A crise terá uma solução que racionalmente deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que harmonize com justa dose o desenvolvimento da capacidade de

trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual (Gramsci, 2024, p. 47).

O autor compreende a escola como espaço de formação integral, defendendo uma proposta de escola unitária capaz de articular, de modo equilibrado, o desenvolvimento do trabalho manual e do trabalho intelectual. Nessa formulação, Gramsci critica a separação precoce entre formação técnica e formação intelectual, própria de uma organização social que tende a reproduzir desigualdades. A escola unitária, portanto, apresenta-se como possibilidade de formação ampla dos sujeitos, ao unir saber e fazer e contribuir para a elevação cultural das classes subalternas.

Nessa direção, “[...] toda atividade intelectual tende a criar seus próprios círculos de cultura” (Gramsci, 2024, p. 48), afirmando que a cultura não é um ornamento, mas um processo vivo de formação que se constrói na prática coletiva e nas relações de produção. O conceito de cultura, em Gramsci, pode ser entendido como um movimento de transformação da consciência, a partir da qual os sujeitos se tornam capazes de interpretar criticamente o mundo e agir sobre ele.

A hegemonia, nessa formulação, pode ser compreendida como sendo a capacidade de uma classe de exercer liderança política, intelectual e moral sobre as demais, ultrapassando o domínio econômico. Essa hegemonia é construída historicamente por meio da disputa no campo da cultura e da educação, sendo fundamental a atuação dos intelectuais orgânicos como mediadores desse processo. A direção intelectual e moral se estabelece quando os valores da classe dirigente passam a ser percebidos como universais por outras classes.

Schlesener (2018, p. 28) afirma que

A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio do seu desenvolvimento. Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativos-burocráticos e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação em consenso, base de sustentação das relações de poder.

O trecho evidencia a centralidade da hegemonia no pensamento de Gramsci, articulando-a à concepção de Estado integral, compreendido como unidade entre

sociedade política e sociedade civil. Essa formulação permite apreender a complexidade da dominação nas sociedades capitalistas avançadas, uma vez que o poder não se reproduz apenas pela coerção, exercida pelos aparelhos da sociedade política, mas também pelo consentimento, produzido no âmbito da sociedade civil, por meio das instituições que elaboram e difundem ideologias.

Assim, a hegemonia constitui-se como direção intelectual e moral, por meio da qual a classe dominante busca construir o consenso das classes subalternas, naturalizando determinadas relações de dominação e assegurando a reprodução da ordem capitalista. Nessa perspectiva, compreender o Estado em Gramsci é fundamental para pensar estratégias de superação da ordem vigente, uma vez que a disputa pela hegemonia na sociedade civil se apresenta como elemento central para a construção de contra-hegemonias e para a articulação entre teoria e prática no processo de transformação social.

Dessa maneira Schlesener (2018, p. 28) afirma que o

[...] exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização e desenvolvimento das forças materiais de produção, da organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil.

Trata-se, portanto, de compreender a hegemonia como uma relação histórica e dinâmica, atravessada pelos conflitos sociais e pelas disputas em torno da direção política, cultural e ideológica da sociedade. Por não se constituir como realidade estática, ela pode tanto consolidar formas de dominação quanto abrir possibilidades para a construção de contra-hegemonias, especialmente quando articulada à formação de uma cultura crítica e à ação política organizada. Desse modo, em Gramsci, cultura, educação e política apresentam-se como campos de disputa nos quais se formam sujeitos históricos capazes de questionar a ordem vigente e projetar outras formas de sociabilidade.

Gramsci e a Educação: a escola pública como espaço de disputa hegemônica

A obra de Antonio Gramsci oferece um importante referencial para compreender a escola pública não apenas como um espaço de transmissão de conteúdos, mas sobretudo como um campo de disputa hegemônica.

Nessa perspectiva, Jacomini considera que,

[...] o direito, assim como a escola e outras instituições, contribuem para que o Estado cumpra a função de criar e manter um certo tipo de civilização e de cidadão, por meio da difusão de certos costumes e atitudes e da inibição e exclusão de outro. (Jacomini, 2022, p. 77)

No contexto educacional, a escola expressa essas disputas, pois reflete as contradições da sociedade capitalista e os interesses em conflito entre classes sociais.

Sob a ótica do materialismo dialético, a educação não pode ser vista isoladamente das relações econômicas e sociais que lhe dão base e conteúdo, pois de acordo com a visão de Marx (1974), a estrutura econômica da sociedade, formada pela totalidade das relações de produção, constitui a base real sobre a qual se estruturam as instituições jurídicas e políticas, bem como as formas de consciência social. No marxismo, é o modo de produção da vida material que condiciona, de maneira geral, a vida social, política e espiritual. Assim, não é a consciência que determina o ser social, mas o ser social que determina a consciência humana (Marx, 1974).

Nesse sentido, a escola pública, enquanto espaço atravessado pela hegemonia vinculada à reprodução do capital, tende a reforçar estruturas de poder e desigualdades sociais, atuando na perpetuação da ordem vigente. Esse processo se expressa na manutenção de valores, comportamentos e conhecimentos que favorecem a classe dominante, ao mesmo tempo em que marginaliza ou invisibiliza experiências e saberes dos grupos subalternos (Del Roio, 2016 apud Lustosa, 2017).

Entretanto, Gramsci também aponta que a hegemonia nunca é absoluta, estando sempre sujeita a disputas e contradições. Isso abre espaço para a resistência e a transformação no interior da escola, que pode se tornar um local de contestação, promovendo uma educação emancipadora e crítica, desde que haja engajamento político por parte dos sujeitos envolvidos (Michelotto; Lima, 2016).

Desse modo, a análise gramsciana evidencia que os conteúdos escolares são produtos históricos e sociais, vinculados a interesses de classe, e que a escola pública

é um espaço privilegiado de luta ideológica, no qual os conteúdos e práticas pedagógicas podem tanto reforçar quanto desafiar a dominação hegemônica (Lustosa, 2017).

Nesse cenário, é essencial compreender o papel dos intelectuais orgânicos no interior da escola. Para Gramsci, a categoria intelectuais não se restringe aos acadêmicos, mas inclui todos os que exercem funções de direção cultural e organizativa. Professores, gestores e outros agentes educacionais ocupam posições estratégicas na formação da consciência coletiva e, quando atuam de forma crítica, podem contribuir para a construção de uma contra-hegemonia (Michelotto; Lima, 2016).

Entretanto, Gramsci (2024) também permite compreender que a hegemonia não se constitui de forma absoluta, pois permanece atravessada por disputas, contradições e possibilidades de resistência. Nessa perspectiva, a escola pública pode configurar-se como espaço de contestação, no qual sujeitos coletivos questionam relações hegemônicas e constroem práticas educativas críticas. Essa possibilidade, contudo, exige compromisso político dos atores educacionais, de modo que a escola não se limite à reprodução da ordem vigente.

A perspectiva gramsciana reforça a necessidade de compreender a educação como um processo histórico e político, em que os saberes escolares são produtos sociais que refletem interesses de classe. A escola pública, portanto, deve ser vista como um espaço de luta ideológica, onde os conteúdos e práticas pedagógicas podem tanto reforçar quanto desafiar a dominação hegemônica.

Ao situar a educação dentro das contradições do modo de produção capitalista, esse referencial aponta para a necessidade de uma prática pedagógica que seja consciente das relações de poder e que atue como instrumento de construção de uma nova hegemonia, capaz de garantir justiça social, igualdade e emancipação para as classes subalternas.

Contudo, essa possibilidade de ruptura não se efetiva de maneira espontânea. Ela exige uma ação pedagógica intencionalmente política, orientada pela consciência das contradições que atravessam o cotidiano escolar. Conforme destacam Michelotto e Lima (2016),

A escola pode ser tanto um instrumento de conservação quanto de transformação. Isso dependerá do tipo de direção intelectual e moral exercida pelos educadores, pois não existe neutralidade nas relações pedagógicas. (Michelotto; Lima, 2016, p. 9).

Desse modo, a escola pública, ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades, abriga sujeitos concretos com histórias, afetos e práticas que tensionam a lógica dominante. Pois, “a transformação das consciências exige um trabalho educativo intencional, capaz de questionar o senso comum e promover a elevação cultural e política dos sujeitos” (Michelotto; Lima, 2016, p. 10).

Portanto, a atuação do educador não pode ser compreendida como neutra, pois, no Caderno 12 dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci (2024) permite compreender que toda prática educativa participa das disputas pela formação de consensos e concepções de mundo.

Dessa forma, pensar a escola pública como espaço de disputa hegemônica implica reconhecer seu potencial contra-hegemônico e sua capacidade de formar sujeitos históricos comprometidos com a transformação das estruturas sociais. Como ressalta Del Roio (2016 apud Lustosa, 2017), a hegemonia não se constrói apenas nos parlamentos ou nos meios de comunicação, mas também no cotidiano escolar, nas escolhas curriculares, nas metodologias adotadas e no modo como o poder se organiza no interior das instituições educacionais.

Essa compreensão aproxima-se da análise de Marx (2008, p. 47), segundo a qual,

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade [...] com a transformação da base econômica, transforma-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura [...].

Assim, a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade vincula-se à construção de um novo bloco histórico, capaz de articular forças sociais em torno de um projeto coletivo de superação das desigualdades, da exploração e da alienação.

Considerações Finais

Em suma, reiteramos a importância da obra de Gramsci para a análise crítica da educação pública, entendida como um espaço fundamental para a reprodução e contestação das dinâmicas de poder na sociedade capitalista. A trajetória intelectual de Antonio Gramsci, juntamente com sua produção teórica e as categorias analíticas que desenvolveu, demonstra a complexidade da hegemonia cultural e política, posicionando a escola pública como um local onde ocorrem batalhas ideológicas que vão além do simples processo pedagógico formal.

Sob a ótica do materialismo dialético, a educação não pode ser dissociada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista que moldam as relações sociais e econômicas que a sustentam. Assim, a escola pública assume um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que se apresenta como um aparato reprodutor das desigualdades estruturais e da dominação de classe, ela também possui potencial emancipatório, na medida em que pode se constituir como um espaço de produção de consciência crítica e mobilização social. Essa dualidade implica que o processo educativo é intrinsecamente político e histórico, atravessado por tensões que demandam uma postura consciente e comprometida dos agentes pedagógicos.

Nesse sentido, a reflexão de Gramsci sobre a disputa pela hegemonia ganha especial importância, ao indicar que a mudança social só é possível mediante a construção de um novo bloco histórico, capaz de articular forças sociais subalternas e contestar o domínio cultural exercido pelas classes hegemônicas. A escola pública, portanto, deve ser repensada e reconfigurada enquanto campo de resistência e prática social, onde os conteúdos, métodos e práticas pedagógicas dialoguem com as realidades e demandas dos sujeitos historicamente marginalizados.

Em conclusão, entendemos que as contribuições teóricas de Gramsci, formuladas à luz do materialismo histórico-dialético, reforçam a ideia de que a educação é, por sua natureza, um campo de disputa política. Por isso, é fundamental que as políticas públicas e as práticas educacionais reconheçam e incentivem a natureza dialética do desenvolvimento humano, fomentando a consciência crítica, a independência e a habilidade de atuar socialmente dos alunos.

Referências

CARVALHO, Keila Lúcio de. Gramsci e o biennio rosso (1919-1920): a experiência dos conselhos de fábrica na Itália. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, p. 55-70, 2017. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1&infoid=553&sid=54. Acesso em 17 de junho de 2026.

CORRÊA, Vanessa. As leis fascistíssimas. **Intrínseca**, Rio de Janeiro, 20 maio 2022. Disponível em: <https://intrinseca.com.br/blog/2022/05/as-leis-fascistissimas/>. Acesso em 17 de junho de 2026.

DOMINGUES, Joelza Ester. Fasci italiani di combattimento: semente do Partido Fascista. **Ensinar História**, 2022. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/fasci-italiani-di-combattimento-semente-do-partido-fascista/>. Acesso em 17 de junho de 2026.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Antonio Gramsci e a pesquisa educacional**. São Paulo: Alameda, 2022.

LIGUORI, Guido. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 519-523.

LUSTOSA, Elem. **O conceito de Estado em Gramsci e suas apropriações nas pesquisas sobre políticas educacionais**. 2017. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNICENTRO, Guarapuava.

MARX, Karl. O método da economia política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MEDEIROS, Elita de. Antonio Gramsci: um estudo biográfico sobre a vida do pensador. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-19, 2025. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/24697>. Acesso em 17 de junho de 2026.

META, Chiara. Educação. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 245-248.

MICHELOTTO, Regina Maria; LIMA, Marcelo Fernandes de. O conhecimento para Gramsci e sobre Gramsci. In: **Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. p. 1-15.

NOSELLA, Paolo. **Caderno 12: Antonio Gramsci – filosofia, política e educação**. São Paulo: UNESP, 2005.

NOSELLA, Paolo. Formação escolar de Gramsci: escolha da profissão – Sardenha e Turim (1891-1915). **Novos Rumos**, Marília, v. 54, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8532>. Acesso em: 18 jun. 2026.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.